***CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO***

***GOIÁS/2010***

***PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL***

***CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO***

***CONTEÚDO PROGRAMÁTICO***

***I – SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO***

*a – Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação*

*b – Operacionalização e mecanismo de aplicação da Lei Estadual de Inovação*

*Palestrante 1 - Joel Sant’Anna Braga*

*Palestrante 2 - Prof. Leonardo Guerra de Rezende Guedes*

*Coordenador: Prof. Edward Madureira Brasil*

*Relator: Prof. Fabiano Guimarães Silva*

***II - INOVAÇÃO NA SOCIEDADE E NAS EMPRESAS***

*a- Impacto da Lei de Inovação Federal Sobre as Empresas de Tecnologia*

*Palestrante: Ivan da Glória*

*b- Fortalecimento da Microempresa frente as inovações tecnológicas*

*Palestrante: Dr. Helio Rodrigues de Almeida*

*c- Incubadora de Empresas e Parques Tecnológicos*

*Palestrante: Prof. Cândido Vieira Borges Filho*

*Coordenador:-**Sérgio Duarte de Castro*

***III - PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM ÁREAS ESTRATÉGICAS***

*a- Bioma-Cerrado- Expansão da Cana-de-Açúcar e Demandas Ambientais*

*Profa. Selma Simões de Castro*

*b- Demandas Sociais no processo de expansão sucroalcooleiro*

*Prof. José Paulo Pietrafesa*

*Coordenador: Altair Sales*

*Relator: Prof. Eduardo de Oliveira Silva*

***4- CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO***

*a- A Nova Configuração da Ciência e Tecnologia – Impacto Econômico e*

*Social.*

*Profa: Sandra de Faria*

*b- O Papel das Instituições Educacionais na Produção Cientifica e Tecnológica.*

*Profa. Cristiane dos Reis Brandão Naves*

*c- A Relação Educação Ciência e Tecnologia*

*Prof. Sinval Martins de Souza Filho*

*Coordenador: Prof. Pedro Sérgio dos Santos*

*Relatores:- Prof.Nilton Cesar Belise e Cristhyan Castro Milazzo.*

***CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO***

***(PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)***

***Realização:*** *Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás*

***Coordenação:*** *Superintendência de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás*

***Instituição anfitriã:*** *Universidade Federal de Goiás*

***Data:*** *16/03/2010*

***Público:*** *Mais de 200 participantes*

***Entidades representadas:*** *Universidade Federal de Goiás, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Universidade Estadual de Goiás, UniEvangélica, Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO), Federação das Pequenas e Microempresas, Federação da Agricultura do Estado de Goiás, Federação da Indústria do Estado de Goiás, Comunidade Tecnológica (Comtec), Secretarias de Estado e dezenas de prefeituras, dentre as quais a de Goiânia e Anápolis, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), Fundação de Amparo à Pesquisa da UFG (Funape), entidades do Sistema S (SEBRAE/SENAI), Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, Câmara Municipal de Goiânia, Corpo de Bombeiros e Centros de Educação Profissional (CEPs).*

***Propostas para o Desenvolvimento Sustentável***

*Com palestras de abertura do secretário Joel Sant’Anna, representando também o Fórum do Conselho Nacional de Secretários de CT&I (Consecti), e do presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado, Leonardo Guedes, Goiás realizou no dia 16 de março a Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para traçar as propostas para a IV Conferência Regional que acontecerá de 22 a 23 de março em Cuiabá (MT). Promovida pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, a Conferência Estadual de CT&I teve a Universidade Federal de Goiás como anfitriã do encontro que reuniu mais de 200 pessoas ligadas aos setores produtivos, universidades, institutos de pesquisa, fundações, associações e federações de classe.*

*Foram debatidas e sistematizadas cerca de 90 propostas que os conferencistas consideram prioritárias para assegurar o desenvolvimento sustentável do Estado, com a preservação do cerrado, agregando ciência, tecnologia e inovação aos produtos e processos produtivos.*

*A Conferência Estadual de CT&I, a terceira realizada por Goiás (a anterior aconteceu em 2005), teve início com um balanço positivo apresentado pelo secretário Joel Sant’Anna, de resgate de todas as propostas construídas na última conferência: 1 – Criação e consolidação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, com vinculação orçamentária, que já lançou vários editais de fomento à pesquisa e colocou em funcionamento 363 redes de pesquisa, das quais 30% delas com a participação de empresas; 2 – criação da Lei de Inovação do Estado de Goiás, primeiro Estado do Centro-Oeste a editar a lei, com recursos da ordem de R$ 18 milhões para investimento no primeiro edital, que também destina percentual de 30% para pequenas e microempresas; 3 – Criação da Lei Goiana de Bolsas e Fomento à Pesquisa, que está investindo R$ 6 milhões no primeiro edital em bolsas de mestrado e doutorado em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, obedecendo-se os mesmos valores das bolsas do CNPq;*

*A criação e consolidação de todos esses mecanismos, segundo o secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás, são uma demonstração inequívoca do comprometimento do Governo em criar e consolidar uma política de Estado de ciência, tecnologia e inovação, por entender que o conhecimento é o grande capital de promoção do desenvolvimento sustentável, e que é preciso agregar cada vez mais ciência, tecnologia e inovação aos processos produtivos. O Governo de Goiás investiu em 2009, destaca o secretário, cinco vezes mais em ciência e tecnologia do que foi feito nos últimos 14 anos de existência da Secretaria de Ciência e Tecnologia.*

*A Conferência Estadual aglutinou a participação de mais de 200 pessoas, representando os diversos segmentos de ensino, pesquisa, extensão e setores produtivos, para debater e sistematizar propostas tendo como eixo temático principal “Política de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação com vista ao Desenvolvimento Sustentável”, o mesmo da conferência nacional que acontecerá em maio, em Brasília.*

*Composta por quatro mesas redondas, a Conferência Estadual debateu sobre as principais propostas que Goiás levará para o grande debate em Mato Grosso. Todas as discussões giraram em torno do desenvolvimento sustentável e a preservação do cerrado.  O reitor da UFG, Edward Madureira, assumiu a coordenação dos trabalhos da conferência.*

*Seguindo a sistemática proposta nacionalmente, a conferência norteou suas discussões segundo as linhas do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional:*

*I-Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;*

*II - Inovação na Sociedade e nas Empresas;*

*III - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas;*

*IV - Inovação, Tecnologia para o Desenvolvimento Social.*

*Ao apresentar o Sistema Nacional de CT&I e os principais instrumentos de investimento no setor, o secretário ressaltou que a última conferência realizada em Goiás aconteceu em 2005 e que nesta terceira conferência o Estado tem ainda muitos desafios, mas principalmente o que comemorar. “Todas as metas traçadas naquela conferência foram concretizadas: criação e consolidação da FAPEG, que tem hoje 363 redes de pesquisa em funcionamento e vários editais publicados; criação da Lei de Inovação no Estado de Goiás; implantação da Lei Goiana de Bolsas e Fomento para mestres e doutores”, assinalou Joel Sant’Anna. Mencionou ainda que em 2009 o Governo de Goiás investiu mais em ciência e tecnologia do que foi feito nos últimos 14 anos. “Isso é uma demonstração inequívoca de que ciência e tecnologia fazem parte da estratégia de desenvolvimento de Goiás. Temos hoje, efetivamente, uma política de Estado para o setor”, sintetizou o secretário.*

*Na avaliação do secretário, o que vem acontecendo em Goiás é uma experiência que deve servir de inspiração a outros Estados:*

*-* ***Transferência de toda a rede de educação profissional do Estado, que antes pertencia à Educação, para a pasta de Ciência e Tecnologia, que conta hoje com a maior rede de educação profissional do Centro-Oeste, com 15 Centros de Educação Profissional localizados em áreas estratégicas do Estado. Estes CEPs formaram e qualificaram no ano passado mais de 36 mil jovens e adultos, a maioria em cursos técnicos pós-médio;***

***- Criação, estruturação e consolidação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado, com vinculação orçamentária, e editais de fomento à pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional.***

***- Lei de Inovação, com parcerias e recursos assegurados.***

***- Lei de fomento à pesquisa com concessão de bolsas de mestrado e doutorado bancadas pelo Estado.***

***- Programa de incentivo à pesquisa nas empresas, aproximando as universidades do setor produtivo.***

*O presidente da FAPEG, Leonardo Guedes, apresentou a Lei de Inovação do Estado de Goiás. Segundo ele, nos últimos três anos, Goiás conseguiu definir uma política de Estado de incentivo à pesquisa nas empresas, aproximando as universidades do setor produtivo.*

*Foram também abordados dentro dos eixos temáticos definidos o impacto da Lei de Inovação Federal sobre as empresas de tecnologia; fortalecimento da microempresa frente às inovações tecnológicas; incubadoras de empresas e parques tecnológicos; bioma Cerrado, expansão da cana-de-açúcar e demandas ambientais; o papel das instituições educacionais na produção científica e tecnológica.*

*Com base nas discussões e diagnósticos de cada área, a conferência formulou o presente documento com as propostas de Goiás, cerca de 90, destacadas aqui por áreas:*

*I – SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO*

*1) Criação e consolidação de mecanismos que favoreçam a redução das desigualdades regionais e intra-regionais (Fundações de amparo, lei de inovação, lei de fomento de bolsas de mestrado e doutorado, ênfase na educação profissional para atender demandas e vocações regionais);*

*2) Instituição de programas com ênfase na popularização da ciência;*

*3) Programas de inclusão social que agreguem qualificação profissional como parte da estratégia para o desenvolvimento sustentável;*

*4) Ênfase na Lei de Inovação como estratégia de fortalecimento da política de Estado para a ciência, tecnologia e inovação;*

*5) Vinculação orçamentária para as secretarias de ciência e tecnologia e fundações de amparo à pesquisa;*

*6) Criação de mecanismos legais que incluam a pesquisa e a inovação como política de Estado;*

*7) Intensificação do trabalho de interiorização da ciência e tecnologia (Goiás conta com a Universidade Estadual de Goiás, presente em todas as regiões do Estado e 15 Centros de Educação Profissional);*

*8) Ações e programas que promovam a relação integrada academia-sociedade-governo, como base da sustentabilidade;*

*9) Ações articuladas para dar visibilidade ao setor, mostrando, por meio de estratégias de comunicação de massa, as realizações em CT&I no âmbito dos Estados e seus efeitos benéficos para o desenvolvimento;*

*10) Instituição de programas que promovam a pesquisa e inovação com a participação de estudantes dos cursos técnicos.*

*II – INOVAÇÃO NA SOCIEDADE E NAS EMPRESAS*

1. *Ampliar a participação das Micro e Pequenas Empresas nos Editais de Subvenção Econômica para atender a demanda reprimida;*
2. *Promover a cultura da Inovação nas empresas;*
3. *Capacitar as empresas para realizar projetos de inovação*
4. *Capacitar empresas e Instituições de Ensino e Pesquisa a elaborarem contratos de transferências de tecnologias;*
5. *Realizar estudos e levantar informações sobre os principais problemas que impedem às micro e pequenas empresas terem acesso a linhas de financiamentos;*
6. *Promover a Gestão da Inovação nas Empresas;*
7. *Promover a realização de pesquisas aplicadas nas Universidades;*
8. *Promover a aproximação das instituições de pesquisa com as empresas para integração do conhecimento com a produção;*
9. *Incluir as empresas com lucro presumido nos incentivos previstos na Lei do Bem*
10. *Promover a inserção de pesquisadores mestres e doutores nas pequenas empresas através de incentivos governamentais;*
11. *Ampliar a oferta recursos federais e estaduais para ciência, tecnologia e inovação, especialmente novos incentivos para a inovação;*
12. *Promover segurança jurídica dos repasses de recursos financeiros às empresas, especialmente os do Programa de subvenção econômica (marcos regulatório);*
13. *Ampliar a ofertas de cursos de pós-graduação para formação de mestres (Mestrados profissionais) e doutores para absorção destes profissionais pelas empresas inovadoras;*
14. *Incluir o setor de serviços e comercio na demanda por financiamentos e incentivos para inovação, especialmente as MPEs, que contribuem significativamente nos indicadores sócio-econômicos de Goiás;*
15. *Ampliar a oferta de conhecimentos para a área de Serviços;*
16. *Assegurar a continuidade dos programas de governos voltados para o apoio às atividades de ciência, tecnologia e inovação;*
17. *Melhorar a competitividade da PMEs assegurando incentivos para inovação e melhoria de gestão;*
18. *Priorizar apoio a setores de excelência, como medicina (saúde), informática (software), educação e turismo, e também os setores fármaco-quimica, agronegócios e mineração;*
19. *Facilitar o acesso das MPEs à informação qualificada, especialmente as pesquisas disponíveis nas instituições de ensino e pesquisa;*
20. *Promover a melhoria da qualificação dos trabalhadores através da instalação de escolas de formação profissional e técnica;*
21. *Diminuir a Burocracia (exigências legais) que dificulta o acesso ao credito por parte das MPEs;*
22. *Inserir dentro da Política de Desenvolvimento do Estado programas voltado para estimular a inovação e modernização nas PMEs;*
23. *Promover a inclusão digital;*
24. *Criar programa Disk Tecnologia para facilitar o acesso das MPEs a informação instantânea e qualificada;*
25. *Promover programas de Extensão Tecnológica;*
26. *Ampliar a instalação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos;*
27. *Apoiar empreendedores para criar e desenvolver empresas;*
28. *Criar incubadoras municipais em parceria com o Governo e Universidades;*
29. *Mais apoio e recursos para criação de incubadoras através de editais específicos, incluindo as incubadoras sociais, culturais e virtuais;*
30. *Promover a sustentabilidade e melhorar a governança e o relacionamento com os parceiros (entidades privadas);*
31. *Facilitar o acesso aos laboratórios das instituições de pesquisa e das empresas públicas como FURNAS, EMBRAPA e outros;*
32. *Criar e desenvolver Parques Tecnológicos (Parque Tecnológico Samambaia UFG);*
33. *Estabelecer políticas de transferência da tecnologia;*
34. *Propor mudanças na Lei do Bem de forma a permitir o acesso das micro e pequenas empresas e empresas do lucro presumido aos incentivos previstos nesta legislação;*
35. *Capacitar especialistas na elaboração de contratos de transferências de tecnologia e de distribuição de ganhos resultantes da propriedade intelectual;*
36. *Promover o ensino profissionalizante (Sectec, MCT) criando Centros Profissionalizantes no interior do Estado;*
37. *Dentro da política de C, T & I, promover programas de valorização da docência superior de forma a estimular o ensino, a pesquisa e a extensão e ampliar as bolsas para formação de mestres e doutores;*
38. *Ampliar a oferta investimentos públicos e privados para capital de riscos;*
39. *Incluir na Agenda da Política Industrial (Lei de Incentivo Fiscal) que parte dos recursos dos incentivos fiscais seja destinada a promover a inovação nas empresas;*
40. *Capacitar recursos humanos para promover a extensão tecnológica, a gestão de inovação e difusão tecnológica, formando especialistas e mestres;*
41. *Promover nas universidades, escolas profissionalizantes e ensino médio a educação empreendedora.*
42. *Outras propostas: Músico Terapia para a melhoria da qualidade vida do trabalhador.*

***III – PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM ÁREAS ESTRATÉGICAS***

1. *Criação de políticas eficazes e exeqüíveis de planejamento ambiental para áreas de recarga dos aqüíferos do Cerrado, com consulta pública e a participação colegiada da sociedade, bem como a sociedade científica brasileira;*
2. *Criar centros universitários de excelência, voltadas para as necessidades do cerrado, ex: Universidade do Cerrado;*
3. *Criar modelos alternativos de economia familiar e comunitária, bem como promover a economia solidária.*
4. *Criar Políticas de acompanhamento aos agricultores familiares, que arrendarem suas terras para a plantação de cana de açúcar, no sentido de instrumentalizá-los a desenvolver outras atividades;*
5. *Definir Política Pública de financiamento ao setor produtivo regional ( Cadeia Produtiva/ Arranjo Produtivo Local), vinculado as ações sociais locais; educação e mercado de trabalho;*
6. *Estimular nas universidades linhas de pesquisa voltadas para a questão étnico-racial e diversidade sexual, garantindo verbas por meio das Fundações de Amparo a Pesquisa das UF´s, para seu financiamento;*
7. *Fomento à pesquisa para:*
   1. *racionalizar o uso dos solos (manejo sustentável) e dos recursos hídricos (sobretudo outorgas e qualidade de água);*
   2. *racionalizar o uso de resíduos da cana na agricultura e no meio ambiente;*
   3. *buscar inovação tecnológica para usos de subprodutos da cana no centro- oeste (vinhaça, torta de filtro, bagaço), além da co-energia e adubação;*
   4. *tentar novas formas de uso da vinhaça como adubo não só pra cana*
8. *Fomentar planos de manejo integrado em microbacias (criar programa estadual de manejo integrado de microbacias)*
9. *Implantar escolas sustentáveis, como forma de contribuir para a formação de uma nova sustentabilidade, pessoal e social, por meio de uma nova metodologia pedagógica;*
10. *Incentiva linhas de pesquisa para o conhecimento das ações de desorganizações ambientais, patologias e epidemiologia;*
11. *Incentivar o artesanato e as artes de modo geral, como forma de valorizar e resgatar a dignidade do Homem/Mulher do Cerrado;*
12. *Intensificar a educação ambiental do segmento técnico e da equipe de fiscalização;*
13. *Monitorar em tempo real (criação de observatórios em parceiras com as ies, o mp e os órgãos governamentais federais, estaduais e municipais);*
14. *Não desmatar novas áreas, substituir prioritariamente pastagens degradadas, cumprindo as leis ambientais.*
15. *Ampliar no setor canavieiro, mecanismos de fiscalização trabalhista limitando o fluxo migratório de cortadores de cana;*
16. *Observar para onde foram deslocadas as culturas e a pecuária antes praticadas nas áreas hoje com cana e verificar se lá são áreas aptas e se não são novas áreas de conversão do cerrado.*
17. *Pactuar, elaborar e consolidar pesquisas, informações e estatísticas, com recorte na comunidade LGBTT e especificidades quanto aos tipos de crimes de homofobia praticados;*
18. *Propor ao legislativo lei que regulamentem o capital estrangeiro no setor de produção de agroenergia.*
19. *Prosseguir com estudos sobre as áreas prioritárias de conservação em escalas detalhadas na direção de poupá-las da expansão agropecuária e consolidando-as inclusive através de corredores ecológicos regionais ligados aos nacionais.*
20. *Punir aos rigores da legislação, os que degradam áreas de nascentes e cabeceiras dos rios;*
21. *Reincorporar ao Estado, terras griladas que se encontrem em áreas de preservação permanente e em estado de degradação, que são fundamentais para a vida de cursos hidrográficos maiores, ex: Alimentadores do São Francisco/ oeste baiano;*
22. *Rever a política para as populações indígenas quilombolas e comunidades tradicionais, respeitando suas necessidades, peculiaridades e expectativas locais;*
23. *Revisar o conceito de Bioma – substituir por sistema biogeográfico, ex: Pantanal X Cerrado – visão macro;*
24. *Transparecer os relatórios demonstrativos dos gastos públicos destinados ao setor produtivo (publicação dos recursos do BNDES)*
25. *Transversalizar nas políticas públicas de incentivo à ciência, tecnologia e inovação temas da contemporaneidade, como os recortes teóricos de Gênero, Sexualidade, Etnia, com vistas a visibilidade na Políticas públicas, para Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.*

*IV – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO*

1. *Investimento em programas que promovam a pesquisa aplicada;*
2. *Criação de concursos que estimulem a inovação nas empresas;*
3. *Estudos de novos métodos para melhorar o procedimento de preenchimento dos processos de patentes;*
4. *Desenvolver ações para que a Educação, Ciência e Tecnologia não sejam vistas como áreas independentes umas das outras, ou simplesmente como conexas, MS que sejam vistas como independentes;*
5. *Assegurar a continuidade de políticas para as três esferas de uma mesma área: o conhecimento humano. O fato de se ter uma representação “consensual” de que Educação, Ciência e Tecnologia são áreas independentes proporciona, em tempos diferentes, a uma das três pontas a descontinuidade nas ações propostas.*
6. *Que os financiamentos em Educação, Ciência e Tecnologia não sejam propostos em momentos de emergências, isto é, que a baixa prioridade dada aos setores”X” ou “Y” não sejam mais praticados nos governos central, estadual e municipal;*
7. *Que os setores diversos da complexa área formada por Educação, Ciência e Tecnologia se integrem realmente no desenvolvimento de estratégias de construção de nichos, de vantagens comparativas e de sinergismos apropriados para os setores de inovação da Educação, da Ciência e da Tecnologia.*
8. *Criação de políticas públicas que promovam a valorização do professor como pesquisador, transformando-o em principal agente de desenvolvimento da ciência e tecnologia nas escolas de nível fundamental e médio.*
9. *Criação de política de compensação dos custos com investimentos e incentivos em educação, ciência e tecnologia com incentivos tributários sobre o investimento.*